

Buscar

14ª Promotor...a Capital

E-mail

Contatos

Agenda

Tarefas

Porta-arquivos

Connect

Preferências

Fechar

Responder

Responder a todos

Encaminhar

Arquivar

Apagar

Spam

Ações

Arquivamento da NF nº 01.2023.00004367-5

De: "14ª PJC" <pj.14capital@mpal.mp.br>

Para: "chefiadegabinete pgm" <chefiadegabinete.pgm@gmail.com>

Ofício 14ª pjc nº 0012-2024.pdf (334,6 KB) [Fazer download](#) | [Porta-arquivos](#) | [Remover](#)

Despacho de arquivamento.pdf (

[Fazer download de todos os anexos](#)[Remover todos os anexos](#)

Maceió, 16 de janeiro de 2024

De ordem do Dr. Flávio Gomes da Costa Neto,
sirvo-me do presente para encaminhar o Ofício 14º PJC nº 0012/2024,
acompanhado das razões de arquivamento da NF nº **01.2023.00004367-5**
que seguem anexas.

Nesta oportunidade, solicito a confirmação do recebimento
dos documentos encaminhados.

Atenciosamente,

Karina Calheiros
Assessora



14ª PJC

Maceió, 16 de janeiro de 2024 De ordem do Dr. Flávio Gomes da Costa Neto, sirvo-me do presente para encaminha



14ª Promotoria de Justiça da Capital – Fazenda Pública Municipal

Processo :01.2023.00004367-5 .

Interessados:Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Alagoas .

Assunto: Dano ao Erário .

PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO

Trata-se de Notícia de Fato encaminhada pelo Partido Democrático Brasileiro (MDB) e Partido Socialista Brasileiro (PSB), a qual informa possíveis irregularidades na aquisição por desapropriação do Hospital do Coração de Alagoas por parte do Município de Maceió/AL, com recursos repassados pela empresa BRASKEM aos cofres do Erário Municipal, a título de acordo firmado entre as partes e devidamente homologado pela Justiça Federal, nos autos do processo judicial: PJe 0808806-65.2023.4.05.8000.

Os Partidos Políticos noticiam, em resumo, na denúncia em epígrafe, que a Prefeitura de Maceió adquiriu o citado hospital utilizando-se de créditos extraordinários abertos por excesso de arrecadação, por meio do Decreto Municipal nº 9.579/2023, e entendem que os recursos decorrentes da indenização do acordo com a BRASKEM não entram no câmputo contábil de excesso de arrecadação. E, por essa razão, o Decreto estaria eivado do vício de inconstitucionalidade, em razão da origem dos recursos, uma vez que oriundos



14ª Promotoria de Justiça da Capital – Fazenda Pública Municipal

Processo :01.2023.00004367-5 .

Interessados:Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Alagoas .

Assunto: Dano ao Erário .

de indenização decorrente de processo judicial homologado e os créditos orçamentários utilizados para a compra do mencionado hospital não terem sido – supostamente , autorizados pelo Poder Legislativo.

Noticiam também que o aludido procedimento de compra/aquisição do hospital estaria contaminado, por supostamente ter violado o dever de licitar, instituto estabelecido pela Constituição Federal e pelas Leis Federais 8.666/1993 (revogada) e 14.133/2021. Portanto, pela suposta violação ao dever de licitar para a consecução da aquisição de um equipamento público, revelando-se uma possível contratação direta (dispensa de licitação) sem atenção aos pressupostos autorizadores desta, o ato estaria contaminado e os agentes públicos e particulares envolvidos estariam incorrendo em condutas improbas.

Além disso, em razão do volume de recursos públicos empregados na aquisição do Hospital, entendem os denunciantes que a Prefeitura descumpriu o preceito insculpido no artigo 39 da Lei nº 8.666/1993, que submete à consulta pública os certames licitatórios orçados acima de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais).

Avança a denúncia, carreando informações acerca de suposto



14ª Promotoria de Justiça da Capital – Fazenda Pública Municipal

Processo :01.2023.00004367-5 .

Interessados:Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Alagoas .

Assunto: Dano ao Erário .

sobrepreço na desapropriação, indicando que os valores pagos na ordem de R\$ 266.000.000,00 (duzentos e sessenta e seis milhões de reais) estão incompatíveis com os praticados no mercado, se comparados às contratações de 6 (seis) hospitais construídos entre os anos de 2019 a 2023, pelo Governo do Estado de Alagoas.

Esses são, em síntese, os fatos.

A Notícia de Fato há de ser arquivada, em razão da existência de uma Ação Popular tombada sob o nº 0745650-92.2023.8.02.0001, contendo os mesmos fatos formulados na Notícia em tela, o que enseja a aplicação do artigo 4º, inciso I, da Resolução do CNMP nº 174 de 4 de julho de 2017, in verbis:

Art. 4º A Notícia de Fato será arquivada quando:
(Redação alterada pela Resolução nº 189, de 18 de junho de 2018)

I – o fato narrado já tiver sido objeto de investigação ou de AÇÃO JUDICIAL ou já se encontrar solucionado;
(Redação alterada pela Resolução nº 189, de 18 de junho de 2018)



14ª Promotoria de Justiça da Capital – Fazenda Pública Municipal

Processo :01.2023.00004367-5 .

Interessados:Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Alagoas .

Assunto: Dano ao Erário .

_____Vejamos os pedidos da Ação Popular nº 0745650-92.2023.8.02.0001

"VIII – DOS PEDIDOS

49. Ex positis, REQUER-SE a Vossa Excelência:

a) o recebimento e o processamento da presente Ação Popular, bem como o deferimento dos benefícios da justiça gratuita;

b) ab ovo, in limine, inaudita altera pars, deferir SUSPENSÃO LIMINAR (ART.5,§4º da Lei nº4.717/1965) ou TUTELA DE URGÊNCIA (art.300 do CPC), haja vista os requisitos legais para, PROVISORIAMENTE:

b.1) SUSPENDER A VALIDADE:

- i. dos Decretos nº 9.579-Maceió/AL-27/9/23 (operação de crédito extraordinário), nº 9.577-Maceió/AL-27/9/23 (desapropriação do imóvel de matrícula nº 121191-1º Reg. Imóveis) e nº 9.576- Maceió/AL-27/9/23 (desapropriação do imóvel de matrícula nº 178301-1º Registro Geral de Imóveis de Maceió/AL);
- ii. de todos os contratos formais ou informais realizados entre as partes Rés em relação aos negócios objeto da presente Ação;

b.2) Determinar o BLOQUEIO de todos os valores já pagos pelo município de Maceió às pessoas jurídicas e naturais que tiveram os bens adquiridos pro



14ª Promotoria de Justiça da Capital – Fazenda Pública Municipal

Processo :01.2023.00004367-5 .

Interessados:Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Alagoas .

Assunto: Dano ao Erário .

desapropriação;

b.3) Determinar ao município de Maceió que se abstenha de realizar, por quaisquer outros meios, procedimentos ou modalidades, a aquisição do chamado Hospital do Coração de Alagoas, até o julgamento final;

b.4) Finalmente, fixar obrigação de não fazer em desfavor dos réus, proibindo-os de realizar quaisquer reformas ou aquisições de materiais, bens, suprimentos ou serviços para utilização, de quaisquer maneiras relacionados ao hospital multicitado na presente inicial;

c) intimar o Ministério Público do Estado de Alagoas, na forma da legislação;

d) citar, notificar e/ou intimar os Réus, na forma das normas aplicáveis;

e) intimar os Réus para apresentarem o conteúdo integral de todas as negociações, comunicações, procedimentos e processos atinentes à aquisição por desapropriação firmada entre as partes Réu, em especial o Processo Administrativo nº 00100.100851-2023 (citado junto aos Decretos mencionados), da Prefeitura de Maceió/AL, ao qual não foram franqueadas as devidas vistas ao Autor;

f) no mérito, confirmar as medidas decididas cautelarmente, na forma requerida no “item b”, supra, convertendo-as em definitivas. Ou, alternativamente, na



14ª Promotoria de Justiça da Capital – Fazenda Pública Municipal

Processo :01.2023.00004367-5 .

Interessados:Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Alagoas .

Assunto: Dano ao Erário .

hipótese de indeferimento por quaisquer motivos das providências preliminares pugnadas, acatar e converter aqueles pedidos como se de mérito e definitivos fossem, julgando-os procedentes para **DECLARAR INCONSTITUCIONAIS** – frente à Constituição Federal e à Constituição do Estado de Alagoas –, **ILEGAIS** – em face das Leis nº 8.666/1993 nº 14.133/2021, da Lei Orgânica de Maceió e das demais normas aplicáveis – e **NULOS** de pleno Direito todos os Atos, Decretos, Operações, Transferências monetárias, Decisões, Incorporações, Registros etc., da Administração Pública e dos demais Denunciados, referentes ao contrato objeto da presente Denúncia, aplicando efeitos *ex tunc* e retornando toda a situação, bem como as transferências monetárias, ao *status quo ante*.

g) provar o alegado por todos os meios admitidos em Direito;

H) intimar, por ofício, pessoalmente e por meio de publicação nos meios oficiais, ambos os signatários da presente Ação, quanto a todos os atos e comunicações relativos ao presente feito, sob pena de nulidade.

i) publicar todas as comunicações em favor dos signatários desta peça, sob pena de nulidade.

Logo, os mesmos fatos que fundamentam a notícia de fato são os mesmos empregados na Ação Popular acima mencionada, cujos pedidos ainda são os mesmos. Ressaltamos, também, que citada ação encontra-se em trâmite na 14ª Vara Cível da Capital (Fazenda Municipal), sob o nº 0745650-



14ª Promotoria de Justiça da Capital – Fazenda Pública Municipal

Processo :01.2023.00004367-5 .

Interessados:Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Alagoas .

Assunto: Dano ao Erário .

92.2023.8.02.0001.

No que tange aos seus fundamentos, deixamos de analisar o mérito, uma vez que o Judiciário já tem conhecimento dos fatos e o Ministério Público atuará na mencionada Ação Popular, oportunamente, seja como custos legis ou na função de coautor. Vejamos o que preleciona a LAP, LEI Nº 4.717.

Art. 5º Conforme a origem do ato impugnado, é competente para conhecer da ação, processá-la e julgá-la o juiz que, de acordo com a organização judiciária de cada Estado, o for para as causas que interessem à União, ao Distrito Federal, ao Estado ou ao Município.

§ 4º O Ministério Público acompanhará a ação, cabendo-lhe apressar a produção da prova e **promover a responsabilidade, civil** ou criminal, dos que nela incidirem, sendo-lhe vedado, em qualquer hipótese, assumir a defesa do ato impugnado ou dos seus autores.

Art. 9º Se o autor desistir da ação ou der motivo à absolvição da instância, serão publicados editais nos prazos e condições previstos no art. 7º, inciso II, ficando



14ª Promotoria de Justiça da Capital – Fazenda Pública Municipal

Processo :01.2023.00004367-5 .

Interessados:Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Alagoas .

Assunto: Dano ao Erário .

assegurado a qualquer cidadão, bem como ao representante do Ministério Público, dentro do prazo de 90 (noventa) dias da última publicação feita, promover o prosseguimento da ação.

Importante destacar que os fatos noticiados já foram encaminhados ao Procurador-Geral de Justiça, por meio do **Protocolo Unificado Nº 02.2023.00010176-0**, para que sejam tomadas as medidas que entender necessárias, na esfera criminal, por força de sua atribuição constitucional.

Ressaltamos que cotejando uma ação popular e uma ação civil pública, pode haver o mesmo pedido e a mesma causa de pedir (p. ex., na defesa do meio ambiente **ou do patrimônio público**, cf. LAP e LACP, e art. 5º LXXIII, da CF). Numa e noutra, tanto o cidadão como o Ministério Público agem por legitimação extraordinária, de forma que, em tese, é possível que a decisão de uma ação popular seja óbice à propositura de uma ação civil pública (coisa julgada), o que pode ocorrer tanto se a ação popular for julgada procedente, como também se for julgada improcedente pelo mérito.



14ª Promotoria de Justiça da Capital – Fazenda Pública Municipal

Processo :01.2023.00004367-5 .

Interessados:Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Alagoas .

Assunto: Dano ao Erário .

Importante destacar que o Poder Executivo, representado por sua Procuradoria Judicial, apresentou resposta aos fatos aqui interpostos e informou, também, que o Tribunal de Contas do Estado promoveu o arquivamento da representação dirigida àquela Corte, pp. 174 e ss.

Ante o exposto, o Ministério Público, por meio do Promotor de Justiça infrafirmado, entende que o fato em comento já se encontra judicializado por via da **Ação Popular de nº 0745650-92.2023.8.02.0001**, cujo objeto é idêntico ao aqui tratado, razão pela qual, **conforme art. 4º, I, da Resolução nº 174 do Conselho Nacional do Ministério Público**, determina o **ARQUIVAMENTO** da presente Notícia de Fato, informando que o Ministério Público atuará, por expressa determinação legal, na Ação Popular suso mencionada, sem prejuízo de adentrar com ações visando o ressarcimento ao Erário Municipal, caso exista comprovação no julgamento da citada ação judicial por ilegalidade no ato de desapropriação e, sobretudo, na hipótese de configuração de dano ao Erário, não escapará da atuação do Ministério Público.

Em arremate, a atuação do Ministério Público na presente notícia de fato poderia ser contrária a uma decisão judicial nos autos da Ação Popular nº 0745650-92.2023.8.02.0001. Em virtude disso, o presente arquivamento, sem adentrar no *meritum causae*, fará com que a atuação do órgão ministerial



14ª Promotoria de Justiça da Capital – Fazenda Pública Municipal

Processo :01.2023.00004367-5 .

Interessados:Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Alagoas .

Assunto: Dano ao Erário .

aguarde o desfecho final da referida Ação, evitando-se, com isso, a possibilidade de entendimentos jurídicos conflitantes.

Notifiquem-se os interessados, ex vi do art. 4º, inc. §1º, da Resolução 174 do CNMP.

Flávio Gomes da Costa Neto

Promotor de Justiça